

“TER DESTINO CONVENIENTE”¹
EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA POBRE SOB OS OLHARES DOS
AGENTES DA LEI NO LIMIAR DA REPÚBLICA BRASILEIRA

Milton Ramon Pires de Oliveira²

RESUMO: O delineamento das concepções de infância, família e educação, que foram empregadas pela polícia e por juristas é o foco privilegiado neste texto. Nas primeiras décadas do século XX, período de intensa dinâmica de expansão urbana no Rio de Janeiro, nos registros policiais rotineiros, bem como em uma obra de repercussão no campo jurídico, estão presentes concepções sobre a infância que passava aos cuidados da polícia sobre a educação, como meio possível de alterar o que era tido como destino condenado e sobre a família, também objeto das práticas classificatórias.

PALAVRAS-CHAVE: Infância pobre; Família; Educação; Agentes da lei; Primeira República;

ABSTRACT: The main focus of this text is the construction of the concepts of childhood, family and education created by the Jurists and Police. The Police target social order maintenance during a period of intense urban growth was among other public and private institutions and philosophical entities that worried about the matter of poverty childhood. So that in police official reports it is possible to realize the intention of define and classify childhood, family and education as a means of changing what could be a Doomed Destiny.

KEY-WORDS: Childhood poverty; Education; Law agents; Brazilian First Republic

O delineamento das concepções de infância, família e educação, que foram empregadas pelos agentes da lei e juristas nas primeiras décadas do século XX é o foco privilegiado neste texto. A atuação policial voltada para manutenção da ordem social em um período de intensa dinâmica de

¹ Recorrentemente, tais palavras foram registradas na documentação pesquisada que suporta este texto. Termo empregado para qualificar a prática de enviar crianças e adolescentes para as instituições sob gestão da Polícia do Distrito Federal.

² Doutor em Educação Brasileira, professor adjunto na Universidade Federal de Viçosa. mramon@ufv.br

expansão urbana, com a incorporação de migrantes com origem dentro e fora do país e, direcionada para ampliar e consolidar modos de sociabilidade direcionados para padrões baseados na modernidade capitalista se inscrevia entre as representações e ações sociais, especialmente as da Polícia do Distrito Federal, então Rio de Janeiro.

A polícia tem figurado como um dos objetos privilegiados pelas Ciências Sociais ao debater o tema da Segurança Pública; o perfil e a atuação dos seus agentes estão entre os focos em discussão. Nos debates que tomaram este tema, destaco aqueles que apontam para a reaproximação da polícia e de seus agentes no dia-a-dia em sociedade como uma alternativa estratégica que concorreria para uma maior eficiência da atuação policial na diminuição dos crimes e ocorrências (BRETAS, 1997).

Ressalto que este perfil da polícia emerge dos registros cotidianos, fontes trabalhadas na pesquisa. Para as delegacias encaminhavam-se demandas diversas de uma população possivelmente desprovida de recursos e de alternativas a que recorrer: da apreensão de mendigos à intervenção direta nas áreas de prostituição, passando pela atuação contra as diversas modalidades de jogos, especialmente o jogo de bicho, as atividades investigativas solicitadas, assim como intervenções diante a indisciplina de crianças e adolescentes, pedidos de ingresso em instituições educativas, providências quanto a pessoas 'alienadas'. Os agentes alocados nas várias unidades espalhadas pela cidade exerciam atividades que os colocavam muito próximos da população, em especial dos setores pobres.

Parte da documentação utilizada na pesquisa foi constituída dos registros rotineiros produzidos pelos agentes da Polícia do Distrito Federal, então cidade do Rio de Janeiro, no período de 1915 até 1918, quando subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios do Interior. Atualmente, os documentos encontram-se incorporados à série IJ6 do acervo do Arquivo Nacional³, localizado na cidade do Rio de Janeiro. O forte tom burocrático, expresso na repetição das formas e das palavras, registra as hierarquias das

³ Para maiores esclarecimentos sobre este tema, verificar artigo de Guimarães(2005), intitulado Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil?, in: ABRAMO, 2005.

relações, o que é próprio das instituições nas quais eram produzidos e circulavam. Foram trabalhados documentos que tratam das solicitações dos pais e responsáveis; dos trâmites hierárquicos dos pedidos por entre aqueles que estavam qualificados para prestar informações que subsidiavam decidir sobre os pedidos.

Vale anotar que, dentre os documentos, encontra-se aqueles que foram atendidos afirmativamente, ainda que, em alguns casos, a instituição de destino tenha sido alterada durante os trâmites internos entre os agentes da Polícia, aos quais cabiam os atributos da determinação final sobre para qual das instituições as crianças e adolescentes seguiriam. Também foram enfocados, nas análises, os documentos que detalhavam as destinações daqueles que eram tomados quando nas ruas, a partir da atuação dos agentes policiais. Em algumas dessas situações, encontram-se registros de solicitações de pais e responsáveis que apresentavam argumentos para a mudança da destinação institucional ou manifestavam desejo de retomar aos seus cuidados aqueles que se encontravam sob guarda da polícia.

A educação da infância pobre em um Brasil quase moderno

No final do século XIX percebia-se um quadro nada agradável para quem sonhava com as cidades européias. Na capital do país, o Rio de Janeiro, quase metade da população inseria-se em atividades ilegais; mais da metade dos registros policiais declaravam embriaguez, vadiagem, jogo e desordem como os motivos das prisões. Com uma população marcadamente negra e mestiça, com hábitos cotidianos fundados nas suas culturas de origem, o sentido civilizatório movia a ação repressora das elites.

Assim como o novo governo republicano tinha procurado suprimir a arte da capoeira tanto quanto os capoeiristas no início da década de 1890, a polícia também tentou proibir a celebração dos ritos religiosos afro-católicos, como parte de um movimento maior contra os costumes de origem africana. Em Salvador e no Rio de Janeiro, a polícia atacava de surpresa os lugares onde as cerimônias “bárbaras e pagãs” eram realizadas, destruindo propriedades e ferindo participantes. Até mais do que as celebrações “barbáricas”

do carnaval, estes ritos religiosos não combinavam com a imagem nacional que a elite europeizada procurava projetar. (HAHNER, 1993, p. 235-236).

A educação figurava como um dos mecanismos possíveis de controle sobre os setores pobres. Juristas, políticos e médicos participavam de propostas de intervenção diante das condições sociais nas quais a infância e adolescência pobres estavam inseridas; destacavam-se como intérpretes do desejo de modernidade. Seduzidos pela possibilidade de intervenção, participavam das iniciativas voltadas para as situações tomadas como problema social, investiam na acumulação de atributos valorizados no mundo da política e concorriam para a obtenção de postos almejados no corpo de profissionais do Estado.

Diversas concepções e ações direcionadas para a inserção da sociedade brasileira nos padrões de modernidade foram produzidas e conformavam os debates sobre os aspectos sociais durante a passagem dos séculos. Foi o caso da medicina, respaldada em um discurso cientificista.

Tratava-se, antes de tudo, de uma verdadeira cruzada civilizatória a que se atiravam os eugenistas, estes arautos dos tempos modernos. Na sua missão, ocuparam todos os espaços possíveis: as academias médicas, as sociedades filantrópicas, as casas legislativas, as escolas, as delegacias de polícia, os tribunais de justiça, estabelecendo uma verdadeira rede de solidariedade entre discursos, instituições e personagens, entre estes o médico, o pedagogo, o jurista, os agentes do controle social repressivo, a dona de casa, o pai preocupado com o destino de sua prole. (MARQUES, 1994, p. 15).

A dinâmica social e o anseio pela modernidade defrontavam as elites com a presença dos pobres e com a eficácia das formas de intervenção implementadas. A crescente visibilidade dos pobres nos cenários rural e urbano concorreu para a confluência das idéias que emolduraram o debate sobre os problemas sociais: estava em jogo a inserção no mercado de trabalho de parcelas da população assim categorizada. A educação era representada como mecanismo eficiente de intervenção. O universo de crianças e

adolescentes foi dividido; criavam-se demandas específicas. O atendimento sistemático aos pobres, consagrado pelas práticas da caridade religiosa, voltava-se para torná-los produtivos; a dependência à ordem social era o objetivo pretendido (Cf. Van Balen, 1983)⁴.

Para o período chamado de Primeira República, na bibliografia é registrado um incremento dos fatos que são tomados sob o aspecto de expressões da dinâmica de aprofundamento do capitalismo na sociedade brasileira, com a ascensão da lógica do mercado à posição de orientadora da ordem social⁵. Um recorte privilegiado para apreender as múltiplas faces do que era pretendido como moderno é o enfoque sobre a constituição do mercado de trabalho livre⁶. Naquele período, a sociedade defrontava-se com um grande e crescente número de pessoas sem trabalho, que se dirigiam para os centros urbanos, especialmente para a capital da República⁷, em busca de trabalho. Esta presença era percebida com receio pela elite e pelos setores médios da sociedade. Recorrentemente, foi condenado o estado em que se encontrava a cidade e foram apresentadas propostas de intervenção no ordenamento urbano, por diversas vezes concretizadas, visando a diminuir, ou mesmo varrer, a presença de parte dos setores amplamente classificados como pobres: a abertura da Avenida Rio Branco, a retirada do morro do Castelo e de parte do morro de Santo Antônio, obras na região do Porto foram suas expressões mais reconhecidas; a própria expansão urbana com a conquista de novas áreas, com o aterro de áreas do Mangue; como Copacabana, através do túnel; e áreas para além da Lagoa e de São Cristovão, com a implantação dos bondes para a primeira e dos ramais de

⁴ Van Balen (1983) enfoca a situação da Europa, especialmente França e Inglaterra, para discutir as possibilidades de controle social e disciplinamento da população. Tomo aspectos de sua obra porque são relevantes para a discussão de questões que afetam à sociedade brasileira.

⁵ Ainda que desde períodos anteriores, a constituição de um mercado capitalista fosse perseguida, por exemplo, com o aumento da presença inglesa ou com a reeuropeização do Brasil, no dizer de Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*.

⁶ O debate sobre a inserção da infância no mercado de trabalho e as condições sociais que o conformaram durante o período chamado de Primeira República é o objeto de estudo de Braga (1993).

⁷ A cidade do Rio de Janeiro, então Capital da República, é enfatizada como recorte específico para esta pesquisa.

trens para a segunda⁸.

Trabalhando com um tipo específico de documento, produzido para fins claramente delimitados, foi possível apreender informações que subsidiaram o recompor das concepções sobre infância, sobre suas famílias e sobre a população pobre em geral, do papel da educação na situação a qual era demandada, bem como sobre qual educação caberia especificamente a tais segmentos da população. Foi possível, assim, o exercício de recompor parte do olhar da polícia sobre esta população e seu modo de vida. A destinação dada às crianças e adolescentes pobres, bem como a própria atuação da polícia incorriam em tal olhar.

A necessária crítica aos documentos pressupõe a sua desconstrução, analisando-os diante o jogo de forças sociais presentes quando da sua produção. Tomando tal perspectiva metodológica, buscou-se o discurso daqueles que, do interior de uma agência estatal específica, produziam formulações sobre infância, família, educação e sobre as possíveis soluções para a questão da ordem social.

O teor da solicitação abaixo transcrita é recorrente nos documentos consultados. Dirigida ao Chefe de Polícia, a solicitante investe em qualificar a situação na qual se encontra aquele para quem se voltam as atenções, no caso, a criança para a qual se pretende o ingresso em alguma das unidades institucionais vinculadas a Polícia do Distrito Federal. Entre aspectos pessoais e sociais, são apresentados elementos voltados para subsidiar o delineamento de um quadro situacional capaz de convencer sobre a pertinência do pedido.

A abaixo-assinada, madrinha do menor JMP, de 11 anos da idade, natural desta Capital, filho legítimo de AMP e MLMP, vem solicitar a S. Excia. o recolhimento do referido menor à Escola 15 de Novembro.

A requerente, confiando muito em vossa bondade, por se tratar de um menor quase ao abandono, pois que é órfão de mãe sendo de invalidez o estado de seu pai, um velho proletário, pede e espera

⁸ Os aspectos citados foram abordados, entre outros, por Moura (1995), Benchimol (1992) e Pereira (1992). A cidade como tema tem sido abordada por autores de diversas áreas, expandindo a bibliografia.

favorável.

Pede Deferimento. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1915. ZC⁹.

Os investimentos na qualificação social dos solicitantes também eram realizados. No caso apresentado, uma terceira pessoa desempenha esta função, assim como registra os atributos que a legitimam para a referida tarefa: ser madrinha, substituta reconhecida para o papel de mãe, habilitada, assim, a tomar para si as atribuições daquela. Em vários documentos, como no acima transcrito, os atributos de vínculos entre os solicitantes e as crianças que eram os centros dos pedidos, ainda que legalmente frágeis, passíveis de questionamentos, eram socialmente legitimados pela definição das posições das quais o solicitante tomava tal iniciativa. Objetivando aportar elementos que configurem tal vínculo, o grupo familiar é apresentado, ainda que sucintamente, destacando elementos centrais para o delineamento da situação dos seus componentes como em condições de vulnerabilidade social, sendo a criança aquela sobre quem deve ser realizada a intervenção demandada.

Mediadores diversos são registrados na documentação. Além de pais, irmãos, padrinhos e madrinhas ocuparem a posição de solicitantes, a atuação de terceiros também se voltava para realizar os procedimentos formais demandados, como redigir a solicitação em termos corriqueiros da burocracia, habilidade esta não dominada por vários daqueles que se colocavam na posição de solicitantes. Cabe destacar que os documentos apresentam uma lógica de exposição que articula o uso de termos burocráticos com outros, próprios da oralidade popular, resultando em peças de forte expressividade, concorrendo, assim, para efetivar o convencimento do destinatário sobre a pertinência do pedido.

Snr. Coronel Damazo Proença Gomes, Dg^o Secretário Geral da
Polícia do Distrito Federal
ANMS, brasileira, casada com JLS, moradores no Rio das Pedras

⁹ Optei por apenas registrar as iniciais dos nomes daqueles que são citados nos documentos, uma vez que as informações existentes e que possibilitam a identidade social destas pessoas estão mantidas nas transcrições.

no lugar denominado Bica dos Ingleses, vem mui respeitosamente perante V^a S^a pedir a internação de um seu filho menor de dez anos de idade, na Escola de Agricultura, ou em outro estabelecimento de educação pertencente a essa digna Repartição, sendo isto um benefício prestado a uma mãe extremosa, em virtude das suas condições não permitirem a sua educação bem como de sua manutenção conforme passa a expor: o meu marido é um homem doente e inutilizado para o trabalho em virtude de um enfraquecimento cerebral; tendo por isso sido internado várias vezes em Hospitais, ficando por fim desenganado em sua cura; e eu também doente ainda mais lutando com a falta de recursos, certas privações, sem ter a quem recorrer, por isso confiada no coração justiceiro e humanitário de Vossa Senhoria encarecidamente peço socorrer-me neste momento minorando os meus sofrimentos, agasalhando bem, não deixá-lo entregue ao abandono nem tão pouco vê-lo no futuro ser ele um viciado ou um criminoso.

A Suplicante roga a Deus pela saúde e felicidade de V^a S^a e de toda a família e espera ver aquele filho seguir o caminho da moral e dos bons costumes, e venha ser ele mais tarde um cidadão honesto, e que possa ser aproveitável os seus serviços em bem de sua pátria. Assim pede a V^a S^a ser atendida. Rio de Janeiro, 23 de março de 1918.

Dentre as unidades institucionais subordinadas ao Ministério da Justiça e à Polícia do Distrito Federal, algumas eram destacadas pela elevada demanda que geravam; elas são valorizadas nos documentos, pela população solicitante, por propiciarem oportunidades de profissionalização, aliadas à oferta de componentes curriculares da instrução elementar. Esses atributos produziam lugares diferenciados para tais unidades, não apenas entre aquelas que tinham a mesma vinculação institucional, como também no campo da assistência à infância pobre, porque possibilitavam um determinado descolamento das categorias classificatórias utilizadas, ou mesmo indicando um refinamento no seu emprego ao demandarem uma especificação para além daquelas de uso corriqueiro. É o caso, por exemplo, da Escola Premunitória XV de Novembro: nos documentos que registram as demandas pela inserção nesta unidade, reafirma-se o seu perfil escolar pelo objetivo de

propiciar ao candidato o ensino elementar. Ainda, subsidiando a justificativa ao pedido, a possibilidade de profissionalização é valorizada e reconhecida, uma vez que ela é um componente efetivo da formação realizada pela instituição.

Exmº Sr. Dr. Chefe de Polícia do Distrito Federal

ILC, mãe ilegítima do menor NN, de 10 anos incompletos de idade, não podendo continuar a mantê-lo nas aulas da escola pública em que se iniciou por motivo da idade e em nem uma outra por escassez de meios e desejando dar a seu filho não só a instrução necessária para o trato comum da vida bem como a aprendizagem de um ofício útil, vem requerer respeitosamente a V. Ex. a mercê de que seja o dito menor internado na Escola Premunitória 15 de Novembro, a fim de continuar e aperfeiçoar-se no curso de instrução primária, aprendendo simultânea ou sucessivamente a arte de encadernador e dourador ou na falta desta, qualquer outra que, a juízo da direção da Escola, melhor consulte os futuros interesses, a idade e a vocação do aludido menor. Pede deferimento. Rio, 07 de janeiro de 1915 (assina) _____ por não saber ler nem escrever¹⁰

As condições sociais de produção sob a lógica capitalista apresentavam demandas voltadas para a adequação e controle da força de trabalho. O Estado tomava para si parte dessa tarefa. Por sua vez, as intervenções propostas e realizadas na época também podem ser inscritas entre os investimentos que concorriam para a entrada do Brasil no conjunto das nações modernas e civilizadas.

Durante o período enfocado, o debate sobre a infância teve destacada atenção: entre outras questões, discutiam-se as condições de sua inserção no mercado de trabalho, buscando definir aspectos legais. Tal debate era imposto pela realidade expressiva de milhares de trabalhadores de tenra idade que eram encontrados em atividade. Definir as condições legais de trabalho para a infância era também delimitar a situação daqueles que estavam fora do mercado

¹⁰ Atendendo, possivelmente, aos pedidos de informações e para viabilizar a continuidade da trajetória da criança no ensino regular, foi anexado a esta solicitação o “certificado de habilitação nas matérias da 2ª. série do curso elementar”. (documento datado de 30/11/1914 e no qual consta o carimbo da Escola Modelo Estácio de Sá).

de trabalho.

O debate, no período, abrangeu as discussões no legislativo sobre propostas de leis garantindo instrução e limitando a exploração da força-de-trabalho, entre outros. Entre Estado e empresariado, a discussão enfocava a pertinência da legislação e da ação fiscalizadora, alegando estes que as infrações fora das fábricas continuariam, não sendo alvo da fiscalização. Tais discussões foram alimentadas com a elaboração de legislações que abordavam a definição de menor e do seu estatuto como trabalhador ou não. Em 1924, a legislação definia três categorias classificatórias para menores não inseridos no mercado de trabalho: abandonados, pervertidos e delinquentes, determinando tipos de instituições onde eles seriam atendidos (instituições particulares de patronato, asilos e escola de reforma)¹¹. No ano de 1927 foi promulgado o Código do Menor.

O tema da criminalidade foi incorporado ao debate sobre a situação da infância na sociedade brasileira no início do século. A obra do jurista Evaristo de Moraes expressa a relevância dada ao tema e sua discussão à época. Publicada em 1916 e com 2a. edição datada de 1927, “Criminalidade da Infância e da Adolescência” foi publicada pela Livraria Francisco Alves. O tema não era novo para o autor, que antes publicara, em 1902, “Crianças Abandonadas e Crianças Criminosas”¹².

O autor afirma que o aumento da criminalidade na infância e na adolescência tem sido registrado pelas estatísticas nos países em que tal instrumento é utilizado com frequência e segurança, o que possibilita que o autor estabeleça diálogo, por meio de dados, com escritores e observadores da situação de outros países.

Aspectos tratados como especificidades da nossa sociedade também estão incorporados à argumentação que busca explicar o aumento

¹¹ Braga (1993, p. 111-114) aborda as diferenciações que a referida legislação definia.

¹² Outros temas foram abordados pelo autor, dentre os quais destaco: o enfoque sobre as relações trabalhistas, as relações raciais entre brancos e negros e o processo de abolição da escravidão na sociedade brasileira, crimes passionais, além de diversos títulos que tomam casos jurídicos específicos e o funcionamento do judiciário. Na relação de obras do autor, no período entre 1894 e 1924, 27 títulos foram publicados; três estavam em preparação, e um, lançado neste período, contou com a colaboração de outro jurista.

da criminalidade na infância e adolescência. Esta abordagem possibilita que o autor registre questões que eram discutidas no seu tempo, bem como a sua própria opinião sobre outros problemas que afetavam a sociedade contemporânea. Um exemplo é quando o autor escreve sobre as habitações populares e o agravamento das condições de precariedade com as modificações urbanísticas que alteraram o traçado da cidade e desabrigaram grande número de habitantes humildes.

As causas do aumento da criminalidade são distinguidas entre fatores individuais e fatores sociais. Os primeiros são a hereditariedade, o alcoolismo e a impulsividade da adolescência. Conquanto seja considerado um dos fatores individuais, o alcoolismo é inscrito também como fator de ordem social, responsável pela precoce delinqüência. Esta vertente da argumentação é construída a partir do tipo de vida que o grupo familiar do menor lhe possibilita, o qual resultaria em uma maior possibilidade de inserção na criminalidade. “Os filhos dos alcoólicos são geralmente criados à solta, sem cuidados, quando não abandonados totalmente, tornando-se fáceis presas do crime” (MORAES, 1927, p. 22).

O grupo familiar e as situações que afetavam a sua organização são destacados pelo autor, que os enfoca a partir do momento que repercutem sobre os filhos; diversos aspectos desse tema são correlacionados ao aumento da criminalidade. A assistência à infância estava estruturada sobre a relação com a família (sua precariedade ou falta): aos órfãos era possibilitado o acesso a alternativas de atendimento, já os menores inseridos no grupo familiar não contariam com o atendimento assistencial. Tal situação concorreria para estimular a criminalidade: à falta de alternativas de atendimento restariam as más influências, especialmente das ruas.

A destruição completa da família pela morte, ocasionando a orfandade, não é o pior mal, conforme finalmente observou Henri July. O órfão, bem como o exposto ou materialmente abandonado, tem mais probabilidade de obter o amparo social, de escapar à corrupção das ruas, ao convívio dos viciosos e criminosos, às solicitações perniciosas que não escasseiam nas grandes cidades. (Moraes, 1927, p. 29).

Críticas freqüentes, produzidas no período, estavam relacionadas à mistura, em um mesmo estabelecimento, de menores e adultos quando presos, independentemente do tipo de infração ou crime cometido. Como desdobramento, tinha-se a falta de alternativa para a inserção de menores que ficavam sob responsabilidade do governo. Menores encontrados abandonados, mendigando, que eram encaminhados à polícia para investigações ou simplesmente para aguardar a localização dos seus responsáveis, ficavam junto aos presos comuns. Esta crítica incorporava a falta de atendimento visando à preservação da infância e da adolescência, retirando-as de situações de risco e abandono. A rua era concebida como lugar de risco por excelência, como atualmente ainda o é. A contraposição da casa, da restrição ao grupo familiar com a permanência e o contato constante com a rua é remarcada no debate sobre a temática.

Com a pretensão de abarcar a diversidade de situações encontradas, o enfoque sobre a situação dos grupos familiares incorporou a classificação dos pais em negligentes, incapazes e indignos. Os **negligentes** são os excessivamente tolerantes, apáticos, bondosos para com seus filhos, estimulando uma formação na qual o menor não encontra limites. **Incapazes** são os vitimados pelas dificuldades econômicas, que deixam os filhos sem vigilância constante ou entregues a si mesmo enquanto ocupam-se em seus afazeres. Já os pais **indignos** são classificados como aqueles que estimulam os menores aos vícios e aos crimes, alguns passando a explorar a inserção dos filhos em tais situações.

Dentre os ‘remédios’ prescritos para combater a ‘patologia social’ que é a criminalidade, alguns foram propostos desde o século anterior, como a obrigatoriedade da instrução primária e as prisões correcionais. A instrução foi uma idéia muito veiculada, mas que não demonstrou ser capaz de produzir os efeitos alardeados; grande parte dessa desilusão deveu-se à constatação do aumento da criminalidade e à presença constante de menores com alguma inserção na escola e que cometiam crimes e infrações. “Efetivamente, por toda parte se viu que os progressos na instrução literária não obstavam aos progressos da criminalidade” (Moraes, 1927, p.44). Ao fracasso da escola

estariam articulados os problemas da desorganização familiar: a escola não poderia arcar, sozinha, com a formação dos menores e sua parte ficaria comprometida quando ela não fosse um prolongamento do que teria sido iniciado no grupo familiar e caso não contasse com o apoio deste.

A dissolução da família e a anarquização da sociedade (a braços com a prolongada crise do regime capitalístico) tornam improfícuos, até certo ponto, os sacrifícios com a instrução literária da infância pobre. A par da instrução seria preciso dar, também, educação, principiada no seio da família, continuada na escola (cujos moldes têm de ser modificados) e corroborada constantemente por exemplos públicos de honestidade pessoal e governamental [...].

Demais, não basta, para salvação da infância em perigo, abrir escolas de ensino literário; é necessário, é imprescindível, organizar o ensino profissional. (MORAES, 1927, p. 45-46).

O autor critica a influência da mecanização industrial sobre a aprendizagem profissional: “de maneira que aos capitalistas bem pouco interessa a instrução profissional, o método de aquisição regular e gradual do preparo técnico” (Moraes, 1927, p. 47). O que passou a ser esperado do trabalhador é que ele juntasse apenas sua força àquela que é produzida pela máquina. Segundo o autor, tal situação encontrava amparo nas condições em que se encontravam as famílias proletárias que, precisando incorporar desde logo seus membros mais novos ao trabalho remunerado, não poderiam arcar com a prolongação do tempo dedicado à aprendizagem profissional; suas condições demandavam rendimentos imediatos.

O quadro descrito pelo autor é considerado como aquele que concorre para modificar a aprendizagem, desqualificando e mesmo não preparando satisfatoriamente os futuros operários. Ela afirma também que a situação apontada afeta igualmente as meninas, sendo que a alternativa vislumbrada pelo crescente número delas tem sido a precoce prostituição.

O autor baseia-se em escritores estrangeiros que refletiam sobre a situação dos próprios países, destacando os franceses. As passagens transcritas e as argumentações apresentadas por aqueles, e que são

incorporadas ao texto em análise, reafirmam a França como espelho pretendido para o Brasil; a celebração da tradição intelectual voltada para aquele país, bem como a aproximação das duas sociedades à medida que ambas sofrem problemas sociais próximos. Com isto, o autor, ao tomar trechos que se referem à situação da sociedade francesa, incorpora-os ao seu texto, deixando que eles sejam ou corram o risco de serem pensados como caso brasileiro. Ganha-se em argumento de autoridade, em comparar sociedade diferentes e em satisfazer o imaginário da elite ocupada em debater o grau de civilidade da sociedade brasileira.

E é, precisamente, o aumento da criminalidade juvenil que motiva os clamores dos que pediam e pedem, insistentemente, o aprendizado e as escolas profissionais. Em 1908, o deputado francês Clementel [...] analisava a estatística da criminalidade de menores de 16 a 18 anos, e, alarmado com a elevação dos algarismos, proclamava: ‘a regeneração do aprendizado não é, no nosso país, simples problema industrial e comercial, mas, sim, questão moral da mais alta gravidade’.

Entre nós, no Brasil, esta gravidade veio se acentuando crescentemente.[...]

Nesta embelezada capital da República, nem a décima parte dos filhos de operários recebe a educação profissional de que tanto necessita para resistir honestamente na luta pela vida. (MORAES, 1927, p. 49-50).

Provisórias conclusões

A inserção das unidades institucionais na órbita administrativa da Polícia levava tanto o solicitante quanto a criança a ingressarem em um universo ordenado pelas categorias classificatórias empregadas pelos agentes da lei. Recorrentemente, a categoria menor estruturava as representações e ações desses agentes. Destaco a proximidade ou mesmo as trocas entre os universos dos policiais e dos juristas das noções que eram correntes nos discursos destes no início do século XX e que enfocavam os filhos das famílias pobres. Em ambos, a responsabilização de pais e tutores estava presente, desqualificando-os como capazes de cuidar moralmente das crianças e

apontando para ações concretas que os penalizariam ao suspender o pátrio poder, estendendo-se também aos pequenos ao retirá-los do convívio familiar, concorrendo para o fortalecimento das noções de intervenção do Estado nesse campo (Cf. Falcão, s/d).

No processo de análise, percebe-se que a produção desse discurso articulava-se, não anterior nem independentemente, às práticas dos agentes da lei (policiais e juristas). Tais discursos, em si dinâmicos, se produziam em relação a uma sociedade em movimento, ancorados pela pretensão de ordená-la. A efervescência social que caracterizou a capital da República nas primeiras décadas do século XX foi o motivo alegado para a intensa e constante atuação dos agentes da lei, atingindo especialmente a população pobre.

A infância foi um dos alvos dos agentes da ordem social. Sob a classificação de “menores”, categoria recorrente nas suas representações e ações, abrigavam-se perfis sociais diferenciados. Para a definição de um universo de significados para “menores”, foi demandado o olhar dos agentes da lei para as famílias, em um exercício de fins disciplinares, bem como para a educação, o que pressupôs a conceituação de ambas.

Referências Bibliográficas

BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Depto. Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BRAGA, A. B. *A Construção Social da Infância Trabalhadora na Primeira República*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

BRETAS, M. L. *A guerra das ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

FALCÃO, R. L. A. *A balança e o tear: o papel do Juiz Mello Mattos na implementação das leis de proteção ao trabalho infantil no Rio de Janeiro (1924 – 1929)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. s/d.

FREYRE, G. *Casa-grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

HAHNER, J. E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil - 1870/1970*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

MARQUES, V. R. B. *A Medicalização da Raça*. Médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1994.

MORAES, E. *Criminalidade da Infância e da Adolescência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927.

MOURA, R. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. 2. ed.. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

OLIVEIRA, M. R. P. *“Formar cidadãos úteis”*: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República. Bragança Paulista: EDUSF, 2003

PEREIRA, S. G. *A Reforma Urbana de Pereira Passos e a Construção da Identidade Carioca*. Rio de Janeiro, UFRJ, ECO, 1992

VAN BALEN, A. D. J. *Disciplina e Controle da Sociedade: análise do discurso e da prática cotidiana*. São Paulo: Cortez, 1983.